

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Tipo 1 – BRANCA



INFORMAÇÕES GERAIS



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- 4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- 3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- 30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Uma revista de Educação mostrava o seguinte segmento:
 “Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular, obrigando os alunos a decorar fórmulas matemáticas, afluentes de rios ou a morfologia dos insetos para ter depois seus conhecimentos testados e avaliados por notas que não diferenciam as vocações ou interesses individuais. É uma avaliação cruel, que prioriza a inteligência da decoreba ao invés da inteligência criativa”.

1

Entre as ideias defendidas no texto 1, a única que NÃO está presente é:

- (A) a criatividade deve ser priorizada nos modelos pedagógicos;
- (B) as notas dadas às provas não visam aos interesses pessoais;
- (C) o ensino teórico é uma decorrência dos exames vestibulares;
- (D) os exames vestibulares não avaliam com critérios válidos;
- (E) alguns tópicos tradicionais do ensino são inúteis nos exames vestibulares.

2

“Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular, obrigando os alunos a decorar fórmulas matemáticas...”; o gerúndio “obrigando” (texto 1) poderia ser adequadamente substituído pela seguinte forma desenvolvida:

- (A) e obrigam;
- (B) e para obrigar;
- (C) mesmo que obriguem;
- (D) quando obrigam;
- (E) à medida que obrigam.

3

“Os modelos pedagógicos de nossas escolas ainda são muito mais direcionados ao ensino teórico para passar no funil do vestibular...”; esse segmento (texto 1) mostra uma forma de voz passiva - “são direcionados” - sem que haja menção do agente dessa ação.

O pensamento abaixo em que há uma forma de voz passiva com a indicação do agente é:

- (A) “A natureza só é comandada se é obedecida”;
- (B) “Dada a causa, a natureza produz o efeito no modo mais breve em que pode ser produzido”;
- (C) “O mundo será julgado pelas crianças. O espírito da infância julgará o mundo”;
- (D) “Existe alguma religião cujos fiéis possam ser apontados como nitidamente mais amáveis e dignos de confiança do que os de qualquer outra?”;
- (E) “A sabedoria não pode ser transmitida. A sabedoria que um sábio tenta transmitir soa mais como loucura”.

4

“É uma avaliação cruel, que prioriza a inteligência da decoreba ao invés da inteligência criativa”.

Nesse segmento do texto 1, há a correta utilização da expressão “ao invés de”, que é muitas vezes confundida com “em vez de”.

A frase abaixo em que se deveria empregar “em vez de” em lugar de “ao invés de” é:

- (A) O pai decidiu matricular o filho numa escola pública ao invés de uma privada;
- (B) Não é de hoje que as escolas brasileiras preferem o retrocesso ao invés do progresso;
- (C) Muitos professores dão destaque à teoria ao invés de priorizar a prática;
- (D) Os livros didáticos utilizam imagens ao invés de textos;
- (E) As escolas utilizam processos de avaliação rápidos ao invés de processos mais lentos e mais eficientes.

Texto 2

“Nós conhecemos você tanto quanto você nos conhece.

E não há nada melhor que isso: confiança.

O que nos move é você. Seu jeito de ser, o que valoriza.

Faz sentido pra você, faz sentido pra gente.

A gente veste a sua camisa”.

Esse texto está fixado na parede de uma loja de roupas masculinas e funciona como um texto publicitário da loja.

5

A finalidade principal do texto 2 é:

- (A) indicar a sofisticação dos produtos da loja por meio de uma linguagem formal;
- (B) mostrar a preocupação da loja com o que o cliente veste;
- (C) demonstrar a informalidade no atendimento;
- (D) produzir proximidade social entre loja e cliente;
- (E) destacar o fácil acesso do cliente à loja.

6

Sobre a estruturação geral do texto 2, a afirmação INADEQUADA é:

- (A) os pronomes “Nós” e “você” (linha 1) se referem, respectivamente, à loja e ao cliente potencial;
- (B) na linha 2, o pronome “isso” deveria ser substituído por “isto”;
- (C) o vocábulo “confiança” mostra a referência do pronome “isso”;
- (D) a frase final do texto mostra ambiguidade intencional;
- (E) a expressão “a gente” equivale perfeitamente ao pronome “nós”.

7

Uma editora paulista mostra o seguinte texto publicitário na agenda que entrega a clientes e amigos:

DA SEMENTE AO LIVRO

Sustentabilidade por todo o caminho

Plantar florestas – A madeira que serve de matéria-prima para nosso papel vem de plantio renovável, ou seja, não é fruto de desmatamento. Essa prática gera milhares de empregos para agricultores e recupera áreas ambientais degradadas.

Sobre esse pequeno texto, é correto afirmar que:

- (A) o “caminho” presente no título é o que vai “da semente ao livro”;
- (B) o segmento “Plantar florestas” mostra a finalidade da editora;
- (C) a expressão “ou seja” corrige um possível erro de interpretação;
- (D) o termo “Essa prática” se refere ao “desmatamento”;
- (E) a editora mostra preocupação com a poluição e o desemprego.

8

Na orelha do livro “A Bíblia: uma biografia” (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007), aparece o seguinte texto:

“A principal função da Bíblia, no entanto, ao longo de sua demorada gestação, não foi apoiar doutrinas e crenças particulares [...]. A produção de uma escritura sagrada consistiu antes em atividade contínua, um processo que buscava introduzir milhares de pessoas à transcendência”.

A informação abaixo que NÃO pode ser depreendida da leitura desse texto é:

- (A) o termo “no entanto” indica que esse segmento não é a parte inicial do texto;
- (B) o texto contraria a ideia de ser a Bíblia a base de apoio a doutrinas e crenças;
- (C) o termo “antes” indica um momento anterior de produção da Bíblia;
- (D) o termo “processo” retoma “atividade contínua”;
- (E) o verbo “introduzir” se refere a uma nova atividade para as pessoas.

Texto 3

“Hoje, em todo o mundo, cerca de 550 milhões de pessoas estão conectadas à Internet – quase 9 milhões delas no Brasil. Quando a rede de computadores começou a popularizar-se, dez anos atrás, os apocalípticos de plantão, sempre eles, logo alardearam que os efeitos colaterais mais nefastos desse fenômeno seriam o isolamento e a alienação. Que as pessoas deixariam de relacionar-se, que se tornariam ainda mais sedentárias, que teriam o seu cotidiano moldado por uma espécie de irrealdade digital, que emburreriam, e por aí vai”. (Veja, 03/03/2004, p. 85)

9

Argumentativamente, o texto 3:

- (A) condena indiretamente a Internet, mostrando ironicamente argumentos contra ela;
- (B) parte de uma afirmação inicial indiscutível para, em seguida, explicitar alguns de seus termos;
- (C) mostra que algumas críticas apressadas se tornam ridículas com o passar do tempo;
- (D) procura historicamente justificar algumas críticas contra a Internet;
- (E) critica as pessoas que, usando a Internet, se afastam do convívio social.

10

O texto 3 traz uma série de vocábulos e expressões que revelam uma interferência do autor em oposição crítica; o termo abaixo que marca inicialmente essa oposição é:

- (A) “popularizar-se”;
- (B) “apocalípticos de plantão”;
- (C) “sempre eles”;
- (D) “alardearam”;
- (E) “efeitos colaterais”.

Texto 4

Na página inicial de uma prova, entre as instruções gerais, estava escrito:

“Será eliminado sumariamente do processo seletivo e as suas provas não serão levadas em consideração, o candidato que:

- der ou receber auxílio para a execução de qualquer prova;
- utilizar-se de qualquer material não autorizado;
- desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução das provas;
- escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o indicado para esse fim;
- cometer um ato grave de indisciplina”.

11

Uma outra forma, mais conveniente, de redigirem-se as duas primeiras linhas do texto 4 é:

- As provas não serão levadas em consideração e será eliminado sumariamente do processo seletivo, o candidato que:
- O candidato não terá suas provas levadas em consideração e será sumariamente eliminado do processo seletivo o candidato que:
- Será eliminado sumariamente do processo seletivo (as suas provas não serão levadas em consideração), o candidato que:
- Será eliminado sumariamente do processo seletivo o candidato que:
- Será eliminado do processo seletivo e as provas não serão levadas em consideração, o candidato que:

12

No texto 4, entre as situações apontadas como causadoras da eliminação do candidato, uma apresenta caráter subjetivo, ou seja, pode depender de uma opinião, que é:

- a opção (i);
- a opção (ii);
- a opção (iii);
- a opção (iu);
- a opção (u).

Texto 5

A Prefeitura de Salvador faz divulgação de seu Festival da Virada em conhecidas revistas. O texto da publicidade diz o seguinte:

Festa que vira atração de 460 mil turistas,
 Que vira 98% de ocupação hoteleira,
 Que vira milhares de empregos,
 Que vira 500 milhões de reais na economia.
 Que virada!
 Obrigado, Salvador!

13

A estruturação do texto 5 só NÃO comprehende:

- paralelismo sintático entre as frases;
- jogo de palavras virar/virada;
- quantificação dos benefícios do festival;
- ambiguidade do substantivo “virada”;
- atribuição de voz à população de Salvador.

14

Os benefícios citados no texto publicitário (texto 5) se inserem nos espaços:

- econômico e social;
- social e histórico;
- histórico e político;
- político e ideológico;
- ideológico e econômico.

15

A revista *Época* de 14/01/2019 fez uma reportagem sobre o presidente americano Donald Trump e redigiu a chamada para a leitura do texto do seguinte modo:

“O presidente americano vai à TV defender a construção do muro entre os EUA e o México e prolonga o que está próximo de ser a mais extensa paralisação do governo na história”.

Sobre a estruturação gramatical desse texto, é correto afirmar que:

- em lugar de “vai à TV” deveria estar “vai na TV”;
- antes do infinitivo “defender” poderia ser colocado o conectivo “para que”, sem alteração das demais palavras do texto;
- em “a construção do muro” e “paralisação do governo”, o emprego da preposição “de” é exigido por termo anterior;
- após a palavra “México” deveria haver uma vírgula;
- o vocábulo “paralisação” deveria estar grafado “paralização”.

16

Uma editora acaba de lançar o livro “Os Meninos da Caverna”, que conta a dramática história do resgate de um time de futebol juvenil que ficou dezoito dias preso em uma caverna na Tailândia.

A capa do livro traz o seguinte texto:

“O passeio de um sábado à tarde que durou dezoito dias preocupou o mundo e mobilizou mil pessoas em um resgate quase impossível na Tailândia”.

O problema estrutural desse pequeno texto da capa é:

- a má seleção vocabular do termo “passeio”;
- a possível ambiguidade do termo “na Tailândia”;
- a inclusão de exageros evidentes para atrair o leitor;
- a presença de várias formas verbais com o mesmo sujeito;
- a ausência de vírgula após “mil pessoas”.

17

Na divulgação do livro “Os Meninos da Caverna”, aparece o seguinte texto:

“Os Meninos da Caverna vai muito além do resgate espetacular, mergulhando na origem dos Javalis Selvagens [nome do time de futebol] e visitando o contexto político, social e religioso do país. Traz, ainda, os cenários do Sudeste Asiático e destrincha por que o time se tornou um dos símbolos de solidariedade mundial, em uma história capaz de desviar as atenções de uma Copa do Mundo”.

Entre as qualidades apontadas no texto acima, só NÃO aparece citado o seguinte valor:

- (A) aspectos históricos;
- (B) descrições paisagísticas;
- (C) interpretação de alguns fatos;
- (D) ausência de intervenção do divulgador;
- (E) narrativa de ação.

18

No início de um comentário na revista Época, 14/01/2019, o jornalista Helio Gurovitz diz:

“Nenhum presidente de empresa privada acumula tanto poder, controla tantos destinos, atrai tanta inveja. Nenhum outro posto da administração pública sofre tanta pressão, recebe tanto escrutínio, é alvo de tantos ataques. Nenhum emprego tem, simultaneamente, tamanha força e fragilidade. É o pior emprego do mundo”. Assim o cargo do ministro Paulo Guedes é definido pelo jornalista Thomas Traumann em *O pior emprego do mundo*, lançado no meio da campanha eleitoral do ano passado.

O texto segue uma estrutura de suspense construída da seguinte forma:

- (A) cita inicialmente características para depois mencionar o objeto caracterizado;
- (B) utiliza primeiramente aspectos gerais para depois concretizá-los;
- (C) mostra aspectos contraditórios para depois esclarecê-los;
- (D) qualifica determinado cargo para depois justificar as qualificações;
- (E) constrói uma sequência de frases para depois resumi-las numa só afirmativa.

Texto 6

Um texto de divulgação de um novo romance diz o seguinte:

“Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão. Ao que parece, tentaram matá-lo, mas ele não se recorda dos fatos que o levaram até ali. Muito menos de seu passado recente. Seria dado como desaparecido, se houvesse alguém para sentir sua falta. Essa dolorosa ausência imperceptível é a brecha para dar vazão à sua revolta com o mundo contemporâneo e começar uma nova vida. Entre seus planos: executar criminosos intocados pela Justiça e escrever um best-seller. Mas uma paixão verdadeira e arrebatadora coloca tudo em xeque”.

(Época, 14/01/2019, p. 37)

19

Muitos segmentos do texto 6 podem ser reescritos sem modificação de seu sentido ou alteração na correção; a frase em que ocorre modificação ou erro é:

- (A) “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão” / Um homem acorda ferido gravemente no meio de um lixão;
- (B) “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão” / Um homem acorda, no meio de um lixão, gravemente ferido;
- (C) “Mas uma paixão verdadeira e arrebatadora coloca tudo em xeque” / Mas uma paixão arrebatadora e verdadeira coloca tudo em xeque;
- (D) “mas ele não se recorda dos fatos que o levaram até ali” / mas dos fatos que o levaram até ali ele não se recorda;
- (E) “Seria dado como desaparecido, se houvesse alguém para sentir sua falta” / Se houvesse alguém para sentir sua falta, seria dado como desaparecido.

20

“Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão”; a palavra “lixão”, apesar do sufixo aumentativo, não mostra esse valor, formando um vocábulo com novo sentido (texto 6).

O mesmo ocorre em:

- (A) casa / casarão;
- (B) papel / papelão;
- (C) homem / homenzarrão;
- (D) pacote / pacotão;
- (E) cão / canzarrão.

21

O segmento do texto 6 em que a forma de apassivação é INADEQUADA é:

- (A) “Um homem acorda gravemente ferido” / Um homem é acordado gravemente ferido;
- (B) “para sentir sua falta” / para sua falta ser sentida;
- (C) “para dar vazão” / para ser dada vazão”;
- (D) “começar uma nova vida” / uma nova vida ser começada;
- (E) “executar criminosos” / criminosos serem executados.

22

A opção abaixo que mostra uma substituição semântica corretamente realizada, a partir de segmentos do texto 6, é:

- (A) “passado recente” / passado ainda não esquecido;
- (B) “ausência imperceptível” / ausência desapercebida;
- (C) “mundo contemporâneo” / mundo em evolução;
- (D) “nova vida” / vida recente;
- (E) “criminosos intocados” / criminosos não punidos.

23

Numa entrevista com a pesquisadora Moira Weigel, ocorre o seguinte diálogo:

— Qual a definição de politicamente correto?

— Para mim, politicamente correto é um sinônimo de educação. Essa é minha definição. Para outras pessoas, críticas do conceito, politicamente correto quer dizer algo ruim, uma espécie de censura que impede que as pessoas falem livremente sobre todos os assuntos”.

A frase abaixo em que a afirmação feita está de acordo com a definição dada pela entrevistada é:

- (A) “o politicamente correto veio colocar racismo onde não havia”;
- (B) “o politicamente correto pretende melhorar o convívio”;
- (C) “o politicamente correto acaba com a liberdade de expressão”;
- (D) “o politicamente correto acaba com o preconceito”;
- (E) “o politicamente correto valoriza as minorias”.

24

Sobre uma nova espécie de droga, as *smart drugs*, a chamada para um texto de jornal diz o seguinte:

“Drogas apelidadas de *smart drugs* por supostamente aumentarem a inteligência ganham cada vez mais adeptos, apesar de pesquisas desmentirem seus efeitos”.

A substituição de um conectivo que está corretamente realizada é:

- (A) “por supostamente aumentarem” / já que supostamente aumentassem;
- (B) “por supostamente aumentarem” / visto que supostamente aumentavam;
- (C) “apesar de pesquisas desmentirem” / embora pesquisas desmentissem;
- (D) “apesar de pesquisas desmentirem” / ainda que pesquisas desmintam;
- (E) “apesar de pesquisas desmentirem” / mesmo que pesquisas desmentem.

25

“Pensamos com o idioma; se é mal usado, pensaremos mal!”
(Fernando Lázaro Carreter)

Para esse linguista, a função da língua escrita é:

- (A) preservar o saber construído;
- (B) produzir conhecimentos;
- (C) criar arte;
- (D) memorizar dados;
- (E) manter valores político-sociais.

Texto 7

“O vôo de Santos Dumont foi fruto de uma idéia revolucionária, assim como os micro-computadores e a rede que hoje chamamos de Internet”.

26

O texto 7 é um trecho de redação escolar que não obedece às modificações propostas pelo Novo Acordo Ortográfico, além de cometer outros erros ortográficos já condenados no Acordo anterior.

As palavras que mostram desobediência ao Novo Acordo são:

- (A) rede / revolucionária / micro-computadores;
- (B) micro-computadores / rede / Internet;
- (C) vôo / rede / micro-computadores;
- (D) rede / Internet / vôo;
- (E) Internet / rede / revolucionária.

27

No texto 7, o segmento “ideia revolucionária” poderia ter trocado a ordem de suas palavras (revolucionária ideia) sem que isso modificasse suas classes gramaticais; a opção abaixo em que isso também ocorre é:

- (A) nova escultura;
- (B) jovem professora;
- (C) imigrante trabalhador;
- (D) velho pescador;
- (E) fanático marxista.

28

A manchete principal do *Jornal do Brasil* de 18/09/2018 mostrava o seguinte:

INSS só aliviará contas se incluir juízes e deputados

Uma outra maneira de reescrever essa frase, mantendo o seu sentido original, é:

- (A) Só INSS aliviará contas de incluir juízes e deputados;
- (B) INSS aliviará só contas de incluir juízes e deputados;
- (C) INSS aliviará contas só se incluir juízes e deputados;
- (D) INSS aliviará contas se incluir só juízes e deputados;
- (E) INSS aliviará contas se incluir juízes e só deputados.

29

Observe o corpo do texto de um aviso oficial:

Senhor Ministro,

Convida-se V. Ex^{cia}. a participar da sessão de abertura do Primeiro Seminário Regional sobre Economia de Energia, a ser realizado em 5 de março próximo, às 9 horas, no auditório da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, localizada aqui pertinho, no Setor de Áreas Isoladas Sul, nesta capital.

O Seminário mencionado inclui-se nas atividades do Programa Nacional das Comissões Internas de Conservação de Energia em Órgãos Públicos, instituído pelo Decreto nº 99.656, de 26 de outubro de 1990, que procura, juntamente com outras iniciativas, racionalizar a utilização de aparelhos elétricos, lâmpadas etc. nos prédios públicos.

A única característica da redação oficial que é respeitada neste documento é:

- (A) a formalidade;
- (B) a impessoalidade;
- (C) a correção gramatical;
- (D) a concisão;
- (E) a padronização.

30

Aviso nº 45/SCT-PR

Brasília, 27 de fevereiro de 1991.

A Sua Excelência o Senhor

Fabrício Miranda

Ministro do Meio Ambiente

Assunto: Seminário sobre economia de energia

Esse é o início de um texto representativo da redação oficial. Sobre os componentes acima indicados, a única informação INCORRETA é:

- (A) "Aviso" indica o tipo de expediente;
- (B) 45 indica o número sequencial de produção no ano de 1991;
- (C) SCT é a sigla do órgão expedidor;
- (D) PR identifica o estado do destinatário;
- (E) "Assunto" indica o conteúdo temático do texto.

NOÇÕES DE DIREITO**31**

A Defensoria Pública é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe o exercício da assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado.

De acordo com a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública (Lei Complementar nº 80/94), dentre suas funções institucionais, destaca-se a de:

- (A) exercer o controle externo da atividade policial, com o escopo de tutelar o interesse difuso da coletividade de viver em paz social;
- (B) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei, em favor de vítimas de crimes consideradas hipossuficientes;
- (C) executar e receber as verbas sucumbenciais decorrentes de sua atuação, exceto quando devidas por quaisquer entes públicos, destinando-as ao aparelhamento da Defensoria;
- (D) prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;
- (E) oferecer orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, na fase judicial, vedada a atuação para solução dos litígios na esfera extrajudicial.

32

Com o escopo de garantir às Defensorias Públicas dos Estados mecanismos que lhes possibilitem cumprir suas funções constitucionais, o ordenamento jurídico lhes assegurou autonomia funcional, administrativa e iniciativa para elaboração de sua proposta orçamentária.

Nesse sentido, em matéria orçamentária, consoante dispõe a Lei Orgânica Nacional, as Defensorias Públicas Estaduais:

- (A) têm suas propostas orçamentárias elaboradas pelo Chefe do Poder Executivo, atendendo aos limites definidos na lei de diretrizes orçamentárias, que as encaminhará aos respectivos Tribunais de Contas estaduais;
- (B) podem realizar despesas que extrapolam os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, desde que previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais;
- (C) recebem do Poder Executivo os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, até o dia 5 (cinco) de cada mês ou outra data estabelecida na Constituição Estadual;
- (D) expedem suas decisões orçamentárias próprias, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa, obedecidas as formalidades legais, com eficácia limitada e executoriedade condicionada à concordância do Chefe do Poder Executivo;
- (E) são submetidas à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Executivo, mediante controle externo, em especial quanto à legalidade, legitimidade e aplicação de suas dotações e recursos.

33

A Ouvidoria-Geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado e de promoção da qualidade dos serviços prestados pela instituição.

De acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o Ouvidor-Geral:

- (A) é escolhido pelo Defensor Público-Geral do Estado, dentre integrantes estáveis da carreira, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução, em cargo de dedicação exclusiva;
- (B) tem competência para propor, fundamentadamente, ao Conselho Superior a suspensão do estágio probatório de membro da Defensoria Pública do Estado, após processo administrativo disciplinar;
- (C) é escolhido pelo Conselho Superior, dentre cidadãos de reputação ilibada, não integrantes da carreira, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução;
- (D) tem competência para manter atualizados os assentamentos funcionais e os dados estatísticos de atuação dos membros da Defensoria Pública, para efeito de aferição de merecimento;
- (E) tem atribuição para decidir sobre a fixação ou a alteração de atribuições dos órgãos de atuação da Defensoria Pública e os conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública, sem prejuízo de outras atribuições.

34

O IBGE divulgou a Síntese de Indicadores Sociais 2017 informando que um quarto da população brasileira (52,168 milhões de brasileiros) estava abaixo da linha de pobreza do Banco Mundial em 2016 e vivia com renda mensal de até R\$ 387,07.

Com o objetivo de contribuir na política pública de combate às desigualdades sociais, a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública estabelece que a Defensoria Pública do Estado prestará assistência jurídica aos necessitados e:

- (A) deverá primar pela centralização de sua organização, a fim de viabilizar o eficiente atendimento aos hipossuficientes, que deve ser promovido exclusivamente com disciplinas da área jurídica;
- (B) defenderá privativa e judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, com destaque para ações afirmativas e demarcatórias de terras em favor da coletividade indígena;
- (C) comunicar-se-á, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando esses se acharem presos ou detidos, exceto se incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos prisionais, mediante prévio agendamento;
- (D) receberá intimação, nos processos em que oficia e em qualquer grau de jurisdição ou instância administrativa, mediante publicação no Diário Oficial, contando-se em dobro todos os prazos;
- (E) poderá atuar por intermédio de núcleos ou núcleos especializados, dando-se prioridade, de todo modo, às regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

35

Todo início do mês, após receber seus vencimentos, Maria, ocupante do cargo efetivo de Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, comemora, em seu horário de almoço, bebendo vários copos de chope e retorna, em seguida, para o Departamento de Recursos Humanos, onde está lotada. No mês passado, no dia do pagamento, Maria retornou do almoço para a repartição e, visivelmente embriagada, fez um striptease, tirando suas roupas durante dança sensual, sendo a incontinência pública e escandalosa presenciada por diversos servidores.

Com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, após o devido processo administrativo disciplinar, Maria:

- (A) não está sujeita à pena disciplinar, pois não houve prejuízo ao erário;
- (B) não está sujeita à pena disciplinar, mas deve receber uma advertência verbal de seu superior hierárquico;
- (C) está sujeita à pena disciplinar de repreensão;
- (D) está sujeita à pena disciplinar de suspensão até 90 (noventa) dias;
- (E) está sujeita à pena disciplinar de demissão.

36

A Constituição da República de 1988 dispõe que incumbe à Defensoria Pública, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

Para tanto, o texto constitucional estabelece que são princípios institucionais da Defensoria Pública:

- (A) indivisibilidade, vitaliciedade e unidade;
- (B) inamovibilidade, unidade e vitaliciedade;
- (C) unidade, indivisibilidade e independência funcional;
- (D) indivisibilidade, irredutibilidade de vencimentos e estabilidade após 2 (dois) anos de efetivo exercício;
- (E) irredutibilidade de vencimentos, vitaliciedade e independência funcional.

37

Com o objetivo de investir na formação e na qualificação continuada de seus servidores, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro pretende realizar contratação de serviços técnicos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza singular, com determinada sociedade empresária de notória especialização. Estudos preliminares realizados revelaram que o valor proposto pela futura eventual contratada de cento e cinquenta mil reais atende à economicidade, eis que compatível com o valor de mercado.

No caso em tela, o Defensor Público-Geral do Estado:

- (A) deve realizar licitação para a contratação dos serviços pretendidos, que deverá ser feita na modalidade tomada de preços, diante do valor do contrato;
- (B) deve realizar licitação para a contratação dos serviços pretendidos, que deverá ser feita na modalidade concorrência, diante do valor do contrato;
- (C) deve realizar licitação para a contratação dos serviços pretendidos, que deverá ser feita na modalidade convite, diante do valor do contrato;
- (D) pode contratar diretamente a mencionada sociedade empresária, mediante dispensa de licitação, por expressa previsão legal;
- (E) pode contratar diretamente a mencionada sociedade empresária, mediante inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal.

38

Em matéria de classificação dos atos administrativos quanto ao grau de liberdade do administrador público que o pratica, o ato de primeira lotação de um Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública aprovado em concurso público em determinado órgão e o ato de remoção por antiguidade de um Defensor Público são, respectivamente, chamados de atos:

- (A) simples e de império;
- (B) discricionário e vinculado;
- (C) enunciativo e de gestão;
- (D) declaratório e constitutivo;
- (E) administrativo e finalístico.

39

Maria procurou atendimento no órgão da Defensoria Pública, pretendendo ajuizar ação de revisão de alimentos, para majorar o valor da pensão alimentícia que seu ex-marido Mário paga para os filhos menores em comum. Para provar que o pai das crianças possui elevada renda não declarada, Maria apresentou ao Defensor Público pen-drive contendo áudio de ligação telefônica interceptada diretamente por ela, no qual Mário conversa com uma mulher, confessando auferir 50 mil reais por mês mediante trabalho informal.

No caso em tela, com base no texto constitucional, o Defensor Público:

- (A) deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, com fundamento no áudio trazido, que será imediatamente juntado aos autos, para fins de comprovação do alegado, diante da indisponibilidade do direito dos filhos menores;
- (B) deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, e requerer ao Juízo de Família a interceptação de futuras comunicações telefônicas de Mário, para tentar obter nova prova de sua ampla possibilidade de prestar alimentos aos filhos menores;
- (C) deve elaborar petição inicial com o pleito de Maria de majoração dos alimentos, e requerer ao Juízo de Família a juntada do áudio contendo a interceptação feita por ela da conversa telefônica em que Mário confessou possuir renda extra não contabilizada;
- (D) não deve requerer a juntada do áudio ao processo, por se tratar de prova ilícita, eis que a Constituição da República de 1988 garante a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo por prévia ordem judicial, para fins de instrução de qualquer tipo de processo;
- (E) não deve requerer a juntada do áudio ao processo, por se tratar de prova ilícita, eis que a Constituição da República de 1988 garante a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo por prévia ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

40

Maria, ocupante do cargo efetivo de Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com especialidade em Psicologia, com o objetivo de aumentar sua renda mensal, deseja prestar novo concurso público.

Sobre a possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos, de acordo com as normas constitucionais sobre a matéria, Maria:

- (A) não pode acumular dois cargos públicos, em qualquer hipótese;
- (B) não pode acumular dois cargos públicos, exceto se obtiver autorização expressa do Defensor Público-Geral do Estado;
- (C) pode acumular seu cargo atual com outro de professor, se houver compatibilidade de horários;
- (D) pode acumular seu cargo atual com outro da área da segurança pública, se houver compatibilidade de horários;
- (E) pode acumular seu cargo atual com outro da área da educação ou saúde, se houver compatibilidade de horários.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

Durante o exercício financeiro, diversos eventos são registrados pela contabilidade, os quais podem ou não ter efeito no patrimônio da entidade e, no caso das entidades públicas, grande parte desses eventos está relacionada a execução orçamentária.

Um evento que, ao mesmo tempo, afeta quantitativamente o patrimônio líquido e resulta da execução orçamentária é:

- (A) aquisição de material permanente;
- (B) atualização monetária de passivo;
- (C) depreciação de ativos imobilizados;
- (D) despesa com pagamento de horas extras;
- (E) perda de equipamentos por incêndio.

42

Um requisito essencial para que um evento seja reconhecido pelo regime de competência é o(a):

- (A) emissão da nota fiscal;
- (B) manutenção dos riscos e benefícios;
- (C) ocorrência do fato gerador;
- (D) prazo exato de realização financeira;
- (E) recebimento ou entrega de produtos ou serviços.

43

Uma entidade controla seus estoques pelo custo médio ponderado, mas em um dado exercício avaliou que o método PEPS poderia gerar informações mais relevantes em suas demonstrações contábeis e alterou sua política de controle de estoques.

Quanto aos efeitos dessa alteração, a entidade deve:

- (A) ajustar os efeitos da alteração da política diretamente no patrimônio líquido;
- (B) ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado;
- (C) divulgar apenas em notas explicativas os efeitos da alteração da política;
- (D) evidenciar os efeitos da alteração da política somente a partir da data da mudança;
- (E) evidenciar os saldos de cada componente afetado pelos dois critérios, para fins comparativos.

44

Ao tratar das bases para mensuração de ativos, a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público aborda a lógica de mensuração a valores históricos e valores correntes.

A mensuração a valores correntes:

- (A) abrange somente medidas observáveis;
- (B) contempla apenas informações específicas para a entidade;
- (C) é baseada exclusivamente em preços de saída;
- (D) inclui mensuração a valor de mercado e a custo de reposição;
- (E) veda o valor em uso como base de mensuração.

45

A transferência da propriedade de um ativo para terceiros, a redução ou extinção do valor econômico de um ativo e o surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo, são fatos que geram o reconhecimento contábil de um(a):

- (A) ajuste de avaliação patrimonial;
- (B) despesa orçamentária;
- (C) despesa extraorçamentária;
- (D) obrigação não exigível;
- (E) variação patrimonial diminutiva.

46

Uma entidade pública recebeu um montante de recursos decorrente de uma transação sem contraprestação.

Quando satisfeitos os critérios para reconhecimento e na ausência de exceções, tais recursos devem ser registrados como ativo em contrapartida a:

- (A) outro ativo;
- (B) uma despesa;
- (C) uma receita;
- (D) uma reserva;
- (E) um passivo.

47

Uma entidade pública foi acionada judicialmente por uma empresa em decorrência da interrupção de um contrato de prestação de serviços. A assessoria jurídica da entidade considera que a perda é muito provável e apresentou os seguintes cenários quanto à probabilidade do valor do desembolso:

Cenário	Desembolso estimado	Probabilidade
I	R\$ 145.000,00	20%
II	R\$ 85.000,00	30%
III	R\$ 100.000,00	50%

Nesse caso, a entidade deve reconhecer uma provisão no valor de:

- (A) R\$ 85.000,00;
- (B) R\$ 104.500,00;
- (C) R\$ 110.000,00;
- (D) R\$ 145.000,00;
- (E) R\$ 330.000,00.

48

Uma entidade pública tem entre seus ativos um equipamento adquirido por R\$ 300.000,00, com valor residual estimado em R\$ 20.000,00 e vida útil de 10 anos. Após 4 anos de uso, ocorreram mudanças na tecnologia de fabricação desse tipo de equipamento, o que implica maiores custos de manutenção e necessidade de substituição mais breve, e a entidade apurou um valor em uso do equipamento de R\$ 150.000,00.

Considerando somente essas informações e o que dispõe a NBC TSP 09, o valor evidenciado nas demonstrações contábeis do final do quarto ano de uso do equipamento deve ser:

- (A) R\$ 150.000,00;
- (B) R\$ 168.000,00;
- (C) R\$ 180.000,00;
- (D) R\$ 188.000,00;
- (E) R\$ 280.000,00.

49

Caso identifique ocorrência de redução ao valor recuperável na situação apresentada na questão anterior, a entidade deve proceder ao seguinte lançamento:

- (A) D – Perdas por redução ao valor recuperável (conta de resultado)
C – Perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (conta retificadora do Ativo)
- (B) D – Ajuste de avaliação patrimonial
C – Perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (conta retificadora do Ativo)
- (C) D – Perdas por redução ao valor recuperável (conta de resultado)
C – Reserva de reavaliação
- (D) D – Perdas por redução ao valor recuperável (conta de resultado)
C – Ajuste de avaliação patrimonial
- (E) D – Perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (conta retificadora do Ativo)
C – Perdas por redução ao valor recuperável (conta de resultado)

50

Nos Contratos de Concessão de Serviços Públicos abordados na NBC TSP 05, a entidade concedente pode tratar o reconhecimento e a mensuração de passivos relacionados ao contrato a partir de três modelos.

O modelo de financiamento de passivos se caracteriza pela:

- (A) concessão à entidade concessionária do direito de obter receita dos usuários ou outro ativo gerador de caixa;
- (B) concessão à entidade concessionária do direito de obter receita dos usuários ou obrigação adicional de pagamento;
- (C) existência de obrigação incondicional de pagamento à concessionária decorrente da construção, desenvolvimento ou melhoria do ativo da concessão;
- (D) impossibilidade de cobrança diretamente ao usuário pelos serviços prestados;
- (E) presença de uma instituição financeira garantidora do contrato.

51

Há circunstâncias nas quais entidades do setor público podem manter ativos como propriedades para investimento e tais ativos são tratados pela NBC TSP 06.

Considerando as características de tais ativos, analise os exemplos a seguir.

- I. edifício de propriedade da entidade com contrato de arrendamento mercantil operacional com fins comerciais;
- II. imóvel arrendado a outra entidade sob arrendamento mercantil financeiro;
- III. terrenos mantidos para valorização do capital a longo prazo, e não para venda no curso normal das operações;
- IV. terrenos mantidos para uso futuro ainda não definido.

São exemplos de propriedades para investimento somente:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) III e IV;
- (D) I, II e III;
- (E) I, III e IV.

52

Uma entidade adquiriu um equipamento para uso em suas atividades de prestação de serviços pelo valor de R\$ 740.000,00. Adicionalmente, a entidade incorreu nos seguintes gastos relacionados ao equipamento adquirido:

Abertura de nova instalação	R\$ 15.000,00
Despesas administrativas e outros gastos indiretos	R\$ 5.000,00
Frete e manuseio (para recebimento e instalação)	R\$ 20.000,00
Honorários profissionais	R\$ 10.000,00
Instalação e montagem	R\$ 9.000,00
Preparação do local	R\$ 12.000,00
Testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente	R\$ 7.500,00
Transferência das atividades para novo local	R\$ 6.500,00

Considerando tais informações, o valor que deve ser adicionado ao custo de aquisição para fins de reconhecimento inicial do ativo, por se referir a custos diretamente atribuíveis, é:

- (A) R\$ 58.500,00;
- (B) R\$ 62.500,00;
- (C) R\$ 63.500,00;
- (D) R\$ 73.500,00;
- (E) R\$ 80.000,00.

53

As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), alinhadas aos padrões internacionais, têm exigido a divulgação de informações adicionais (notas explicativas) para melhor compreensão das demonstrações contábeis.

Uma nota explicativa sobre o Ativo Imobilizado da entidade, por exemplo, requer a apresentação de informações detalhadas sobre os itens do grupo.

Das informações adicionais a seguir sobre Ativo Imobilizado, a que NÃO é exigida pela NBC TSP 07 refere-se a:

- (A) conciliação do valor contábil no início e no final do período, incluindo adições, alienações e outros;
- (B) critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
- (C) valores em moeda estrangeira relativos à aquisição de ativos imobilizados no exterior;
- (D) valores de restrições a ativos imobilizados oferecidos como garantia de obrigações;
- (E) métodos de depreciação utilizados.

54

Analise os seguintes itens relativos às características de um recurso:

- seu valor em termos cultural, ambiental e histórico é improvável de ser totalmente refletido em valor financeiro baseado em preços de mercado;
- obrigações legais e/ou estatutárias podem impor proibições ou severas restrições à sua alienação por venda;
- seu valor pode aumentar ao longo do tempo;
- pode ser difícil estimar sua vida útil, que, em alguns casos, pode ser de centenas de anos.

Esse itens, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), podem ser associados a:

- (A) ativos intangíveis;
- (B) ativos de infraestrutura;
- (C) ativos de infraestrutura e patrimônio cultural;
- (D) patrimônio cultural e ativos intangíveis;
- (E) patrimônio cultural e patrimônio cultural intangível.

55

Para o reconhecimento inicial na conta de estoques de itens que tiverem sido adquiridos por meio de transação sem contraprestação, a base de mensuração exigida pela NBC TSP 04 é:

- (A) valor justo;
- (B) valor em uso;
- (C) custo corrente de reposição;
- (D) custo ou valor justo, dos dois o menor;
- (E) custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

56

Na mensuração subsequente de ativos imobilizados, após o seu reconhecimento inicial, a entidade deve escolher o modelo do custo ou o modelo da reavaliação como sua política contábil, conforme NBC TSP 07.

Caso uma entidade adote o modelo da reavaliação, como regra geral, o aumento ou redução do valor contábil de uma classe de ativo decorrente de reavaliação deve ser contabilizado:

- (A) à conta de reserva de reavaliação, tanto em caso de aumento quanto de redução;
- (B) à conta de reserva de reavaliação em caso de aumento, e no resultado do período em caso de redução;
- (C) no resultado do período, tanto em caso de aumento quanto de redução;
- (D) no resultado do período em caso de aumento, e à conta de reserva de reavaliação em caso de redução;
- (E) conforme política definida pela entidade, devidamente evidenciada em notas explicativas.

57

Uma entidade adquiriu um equipamento por R\$ 750.000,00, que entrou em operação em 01/01/20x5. O equipamento teve uma vida útil estimada de 12 anos, valor residual de R\$ 30.000,00 e tem depreciação apurada pelo método da linha reta.

Em atenção ao desempenho do equipamento, em 02/01/20x9, a entidade contratou uma revisão da vida útil do ativo. O relatório de revisão informou que a nova vida útil remanescente era de 10 anos, além de uma redução de R\$ 5.000,00 no valor residual.

Considerando que a entidade acatou o relatório e que não houve outras revisões, o valor líquido contábil do equipamento em 31/12/20x9 é:

- (A) R\$ 436.500,00;
- (B) R\$ 437.500,00;
- (C) R\$ 450.000,00;
- (D) R\$ 461.500,00;
- (E) R\$ 515.500,00.

58

Os efeitos contábeis resultantes do caso de revisão de vida útil e valor residual de um equipamento classificado como ativo imobilizado, abordado na questão anterior, devem ser tratados:

- (A) prospectivamente, por ser uma mudança de estimativa;
- (B) prospectivamente, por ser uma mudança de política contábil;
- (C) retrospectivamente, por ser uma mudança de estimativa;
- (D) retrospectivamente, por ser um evento subsequente que gera ajustes;
- (E) em notas explicativas, por ser um evento subsequente que não gera ajustes.

59

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, a NBC TSP 11 define regras para compensação de valores.

A norma dispõe que a entidade deve informar separadamente os ativos e os passivos, as receitas e as despesas, mas permite exceções, como:

- (A) estoques ao valor realizável líquido;
- (B) ativo imobilizado líquido da depreciação;
- (C) resultado líquido da alienação de ativos não circulantes;
- (D) saldo de créditos a receber líquido de perdas estimadas;
- (E) investimentos líquidos de ganhos ou perdas por equivalência patrimonial.

60

Considere os dados apresentados no quadro a seguir, extraídos da contabilidade de uma entidade ao final de um exercício financeiro.

Aplicações financeiras de alta liquidez	R\$ 8.620,00
Aplicações financeiras de média liquidez	R\$ 13.250,00
Aplicações financeiras de longo prazo	R\$ 21.900,00
Depósitos bancários disponíveis	R\$ 35.780,00
Investimentos permanentes em ações	R\$ 50.000,00
Investimentos temporários em ações	R\$ 42.810,00
Numerário em espécie	R\$ 4.160,00

De acordo com as definições da NBC TSP 12 e com os dados do quadro, o saldo de caixa e equivalente de caixa ao final do exercício é de:

- (A) R\$ 39.940,00;
- (B) R\$ 48.560,00;
- (C) R\$ 61.810,00;
- (D) R\$ 83.710,00;
- (E) R\$ 126.520,00.

61

Considere os dados do quadro a seguir, relativos a duas contratações de empréstimos:

A - para construção de edifício para instalação de um hospital; e
B - para aquisição de equipamentos de diagnóstico por imagem.

Item	A	B
Empréstimo	R\$ 12.000.000,00	R\$ 2.500.000,00
Juros de empréstimos obtidos	R\$ 3.360.000,00	R\$ 600.000,00
Variações cambiais passivas sobre juros	R\$ 360.000,00	R\$ 75.000,00

Os valores que devem ser capitalizados no custo do edifício para instalação de um hospital **A** e dos equipamentos de diagnóstico por imagem **B**, nos termos da NBC TSP 14, são, respectivamente:

- (A) R\$ 12.000.000,00 e R\$ 2.500.000,00;
- (B) R\$ 12.000.000,00 e R\$ 3.175.000,00;
- (C) R\$ 15.360.000,00 e R\$ 3.100.000,00;
- (D) R\$ 15.720.000,00 e R\$ 2.500.000,00;
- (E) R\$ 15.720.000,00 e R\$ 3.175.000,00.

62

Na implantação do Subsistema de Informação de Custos do Setor Público, um elemento importante a ser definido é o método de custeio, que se refere ao método de apropriação de custos e está associado ao processo de identificação e associação do custo ao objeto que está sendo custeado.

Acerca da definição do método de custeio, a NBC T 16.11 dispõe que a entidade:

- (A) deve adotar apenas o custeio por absorção;
- (B) deve adotar apenas um método para todos os produtos e serviços;
- (C) pode adotar apenas o custeio por absorção ou o custeio direto;
- (D) pode adotar apenas o custeio por absorção ou o custeio baseado em atividade;
- (E) pode adotar mais de um método de custeio, a partir das características dos objetos de custeio.

63

Na classificação de ativos e passivos no Balanço Patrimonial, o critério relacionado à dependência ou não de autorização orçamentária para movimentação de tais elementos gera as categorias:

- (A) circulante e permanente;
- (B) financeiro e permanente;
- (C) orçamentário e extraorçamentário;
- (D) originária e derivada;
- (E) variações aumentativas e variações diminutivas.

64

O quadro a seguir apresenta dados, expressos em milhares de reais, extraídos do Balanço Orçamentário de uma entidade pública em um dado exercício.

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas		
Receitas Correntes	22.100,00	22.100,00	19.200,00		
Receitas de Capital	2.010,00	2.010,00	1.140,00		
Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
Despesas correntes	18.365,00	18.650,00	16.885,00	16.445,00	15.340,00
Despesas de Capital	2.015,00	3.075,00	1.575,00	1.465,00	1.325,00

A partir da análise dessa demonstração, é correto afirmar que:

- (A) o orçamento foi alterado em mais de 10%;
- (B) a entidade atualizou despesas sem indicação de fonte de recursos;
- (C) as despesas inscritas em restos a pagar ultrapassam 10% das despesas executadas;
- (D) a entidade descumpriu a regra constitucional de realização de despesas de capital;
- (E) o resultado da execução orçamentária revela redução da execução das despesas planejadas.

65

Em relação às informações fiscais a serem publicadas pelas defensorias públicas, sobretudo para dar transparéncia dos recursos para pagamento com pessoal, é correto afirmar que as defensorias públicas:

- (A) não elaboram demonstrativos fiscais, por não terem autonomia orçamentária e financeira;
- (B) não elaboram demonstrativo de despesa com pessoal, por não terem limites especificados em lei;
- (C) devem elaborar demonstrativo de despesa com pessoal, sem preencher os campos relativos aos limites;
- (D) devem elaborar apenas demonstrativo de restos a pagar e disponibilidade de caixa, no último quadrimestre;
- (E) têm seus valores de despesa com pessoal incluídos no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Legislativo.

66

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estabeleceu um mecanismo para possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo. O mecanismo identifica o 5º nível de detalhamento das contas quando os respectivos saldos devem ser excluídos ou não da consolidação.

Dessa forma, os saldos de operações decorrentes de transações entre entidades que pertencem ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do mesmo ente público devem ser identificados no 5º nível com o dígito:

- (A) 1;
- (B) 2;
- (C) 3;
- (D) 4;
- (E) 5.

67

A adoção do regime de competência nas entidades do setor público para gerar informações patrimoniais requer atenção quanto às regras para reconhecimento das etapas da execução orçamentária.

Assim, quando o fato gerador de um passivo exigível ocorrer antes do empenho, ou entre o empenho e a liquidação orçamentária, a entidade:

- (A) deve registrar o fato somente em contas de controle;
- (B) deve aguardar a emissão do empenho para registrar o passivo;
- (C) deve registrar uma etapa chamada “empenho em liquidação”;
- (D) não deve relacionar visão patrimonial com regras orçamentárias;
- (E) não deve registrar o passivo exigível antes da liquidação orçamentária.

68

A Emenda Constitucional (EC) nº 86/2015 criou dispositivos para regular a aprovação e a execução de emendas individuais ao projeto de lei orçamentária.

De acordo com os dispositivos da EC nº 86/2015, o limite para aprovação das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária corresponde a 1,2% da receita corrente líquida:

- (A) prevista no projeto de LOA;
- (B) prevista no projeto de LOA, corrigida pela meta de inflação;
- (C) realizada no exercício anterior;
- (D) realizada no exercício anterior, corrigida pela inflação do período;
- (E) sendo 50% para ações e serviços públicos de saúde.

69

Uma das inovações da Constituição da República de 1988 em termos de planejamento foi a exigência da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cujo conteúdo também foi tratado posteriormente na legislação complementar (LRF).

Entre as atribuições da LDO está:

- (A) apresentar o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos;
- (B) definir as políticas de aplicação e de financiamento das agências governamentais;
- (C) dispor sobre as alterações na legislação orçamentária;
- (D) estabelecer critérios e forma de limitação de empenho;
- (E) orientar a elaboração do plano plurianual.

70

Um dos conteúdos previstos na LRF acerca da LDO refere-se à elaboração do anexo de riscos fiscais e do anexo de metas fiscais.

O anexo de riscos fiscais, além de identificar os riscos a que o ente está sujeito e indicar as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem, deve também apresentar informações relativas à:

- (A) evolução do patrimônio líquido;
- (B) avaliação de passivos contingentes;
- (C) estimativa e compensação da renúncia fiscal;
- (D) origem e aplicação dos recursos de privatizações;
- (E) situação financeira e atuarial do regime de previdência social dos servidores.

71

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, porém nem todos esses recursos são receitas orçamentárias.

Alguns ingressos de recursos financeiros nos cofres públicos têm natureza extraorçamentária, que se caracteriza por:

- (A) envolver somente receitas derivadas;
- (B) poder ou não ser prevista no orçamento;
- (C) poder ser efetiva ou não efetiva;
- (D) representar recursos de natureza transitória;
- (E) ser fonte exclusiva de recursos para cobertura de despesas públicas.

72

As classificações legais da despesa pública foram criadas com o objetivo de gerar informações que subsidiem a aplicação e o controle dos recursos públicos.

Uma das classificações mais relevantes do ponto de vista informacional é a programática, que pode ser caracterizada por:

- (A) organizar as despesas em categorias econômicas;
- (B) categorizar as ações como atividades, projetos ou operações especiais;
- (C) identificar em que área de ação governamental a despesa será realizada;
- (D) ser acrescida da informação gerencial denominada modalidade de aplicação;
- (E) refletir a estrutura de alocação dos créditos orçamentários em níveis hierárquicos.

73

A distinção dos restos a pagar em processados e não processados baseia-se no cumprimento dos estágios de execução da despesa pública e tem impactos no reconhecimento patrimonial da obrigação correspondente.

Em geral, quando não se tratar de situações especiais, para que sejam reconhecidos como obrigação patrimonial, os restos a pagar devem se referir a despesas classificadas como:

- (A) empenhadas a liquidar, apenas;
- (B) empenhadas em liquidação, apenas;
- (C) liquidadas, apenas;
- (D) liquidadas ou empenhadas a liquidar;
- (E) liquidadas ou empenhadas em liquidação.

74

Os dados do quadro a seguir, expressos em milhares de reais, referem-se à abertura e à execução de créditos adicionais do orçamento de um ente no último exercício financeiro.

	Crédito adicional	Data de abertura	Elemento de despesa	Valor	% de Execução
I	Suplementar	30/04/2018	Serviços de terceiros - PJ	79.000	85%
II	Suplementar	14/10/2018	Material de consumo	23.000	60%
III	Especial	02/05/2018	Serviços de terceiros - PJ	16.000	80%
IV	Especial	20/09/2018	Material permanente	57.000	45%
V	Extraordinário	18/09/2018	Material de consumo	70.000	100%

Após o encerramento do referido exercício financeiro, avalia-se que o(s) crédito(s) que pode(m) ser reaberto(s) no exercício seguinte é(são) somente:

- (A) IV;
- (B) I e III;
- (C) II e V;
- (D) II, IV e V;
- (E) III, IV e V.

75

Suponha que a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) do Rio de Janeiro tenha um programa de acompanhamento de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e que acione a Defensoria Pública do Estado (DPE) para desenvolver algumas ações desse programa. Em vista disso, a SEDH descentraliza créditos orçamentários para que a DPE execute as ações previstas.

Esse ato de descentralização de créditos é denominado:

- (A) provisão;
- (B) destaque;
- (C) delegação;
- (D) transposição;
- (E) descentralização interna.

76

A aprovação da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011) trouxe disposições para garantir à sociedade o acesso à informação pública previsto na Constituição da República de 1988. A LAI estabelece algumas qualidades que devem caracterizar a informação pública.

Uma dessas é a autenticidade, que se refere à qualidade da informação:

- (A) que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
- (B) que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
- (C) não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
- (D) coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;
- (E) elaborada por servidor ou agente devidamente autorizado a partir de fontes identificadas.

77

A Transparéncia Ativa refere-se ao dever, por parte dos órgãos e entidades públicas, de divulgar, em seus sítios na internet, informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, independentemente de requerimento.

Quanto às informações de interesse coletivo ou geral a serem divulgadas pelos órgãos e entidades, os itens a seguir são expressamente requeridos pelo Decreto nº 7.724/2012, EXCETO:

- (A) estrutura organizacional;
- (B) endereço e telefones das unidades;
- (C) principais cargos e seus ocupantes;
- (D) horários de atendimento ao público;
- (E) agenda oficial do gestor ou dirigente.

78

Uma das finalidades do trabalho do auditor interno é obter informações sobre os assuntos relacionados aos objetivos e ao alcance da Auditoria Interna.

Entre outras qualidades, as informações obtidas precisam ser relevantes, o que ocorre quando a informação:

- (A) auxilia a entidade a atingir suas metas;
- (B) dá suporte às conclusões e às recomendações da auditoria interna;
- (C) é confiável e propicia a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de auditoria interna;
- (D) é factual e convincente, de modo que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la assim como um auditor interno;
- (E) é obtida mediante a aplicação de procedimentos da auditoria interna, incluindo testes substantivos.

79

A documentação de auditoria fornece evidências de que o trabalho de auditoria está sendo desenvolvido em conformidade com as normas pertinentes e inclui a documentação de assuntos e julgamentos profissionais significativos.

Porém, na documentação de assuntos e julgamentos profissionais significativos, NÃO é adequado documentar:

- (A) assuntos que dão origem a riscos significativos;
- (B) características que identificam os itens testados e as evidências obtidas;
- (C) circunstâncias que causam dificuldade significativa ao auditor para aplicar os procedimentos de auditoria necessários;
- (D) constatações que possam resultar na inclusão de parágrafo de ênfase no relatório do auditor;
- (E) resultados de procedimentos de auditoria que indiquem que as demonstrações contábeis podem conter distorção relevante.

80

Durante o planejamento do trabalho de auditoria, um auditor verificou a necessidade de analisar a forma pela qual os funcionários da entidade auditada realizam a contagem anual de estoques, e de examinar, por amostragem, certos itens do estoque para avaliar a condição em que eles se encontram.

Os procedimentos de auditoria indicados nesse caso são, respectivamente:

- (A) entrevista e conferência;
- (B) indagação e inspeção;
- (C) indagação e rastreamento;
- (D) observação e inspeção;
- (E) observação e conferência.

Realização

